



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**



Universidade Federal
Ouro Preto

**OS ESTIGMAS DE SER COTISTA E NÃO-BRANCOS PARA ALUNOS
DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL
DE ENSINO SUPERIOR**

ANDREIA MOREIRA DOS SANTOS

MARIANA

2021

ANDREIA MOREIRA DOS SANTOS

**OS ESTIGMAS DE SER COTISTA E NÃO-BRANCOS PARA ALUNOS
DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL
DE ENSINO SUPERIOR**

**Monografia apresentada como requisito
parcial para aprovação na disciplina
CAD022 do Curso de Administração da
Universidade Federal de Ouro Preto.**

Orientador: Profa. Dra. Carolina Machado Saraiva

MARIANA

2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S237e Santos, Andreia Moreira dos.

Os estigmas de ser cotista e não-brancos para alunos do curso de administração de uma instituição federal de ensino superior. [manuscrito] / Andreia Moreira dos Santos. - 2021.

43 f.

Orientadora: Profa. Dra. Carolina Machado Saraiva.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Administração .

1. Programas de ação afirmativa. 2. Discriminação racial. 3. Negros - Identidade racial. 4. Estigmatização. I. Saraiva, Carolina Machado. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 378(81)

Bibliotecário(a) Responsável: Edna da Silva Angelo - CRB6 2560



FOLHA DE APROVAÇÃO

Andreia Moreira dos Santos

OS ESTIGMAS DE SER COTISTA E NÃO-BRANCOS PARA ALUNOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR

Monografia apresentada ao Curso de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Administração.

Aprovada em 17 de dezembro de 2021.

Membros da banca

Professor (a) Dra. Carolina Machado Saraiva - Orientador(a) e Presidente da Banca
Professor (a) Msc. Filipe Cabacine Lopes Machado - Universidade Federal do Espírito Santo
Professor (a) Msc. Jane Kelly Dantas Barbosa - Universidade federal de Minas Gerais

Professor (a) Dra. Carolina Machado Saraiva, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 19/01/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Machado Saraiva, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/01/2022, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0270037** e o código CRC **4AF715BB**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por mais essa graça alcançada. Diante de uma jornada tão complexa a ponto de cogitar abandonar o curso, Deus me ajudou, sustentou e capacitou, por isso cheguei até aqui.

Agradeço aos meus pais pelos ensinamentos e incentivos a nunca entregar -se às dificuldades. Certa vez decidi parar de estudar sem consultar a minha mãe, estava com dificuldades em certa matéria e considerei que o melhor era interromper os estudos. Ao chegar do trabalho minha mãe percebeu que eu não tinha me dirigido à escola, ao me questionar sobre isso, disse a ela que tinha desistido. Minha mãe me repreendeu com intensidade e me obrigou a retornar aos estudos. Se não fosse aquela repreensão, hoje não estaria aqui concluindo minha primeira graduação.

Agradeço a meu esposo, por todo apoio que concedeu a mim, se sacrificou, se doou, para que eu pudesse obter êxito na minha jornada acadêmica.

Agradeço aos meus irmãos que muito fizeram por mim, ao me ajudar e influenciar-me a tomar melhores decisões para minha formação.

Agradeço a todos os docentes queridos(as) que se esforçam intensamente para formar profissionais capacitados para o mercado, cidadãos melhores. Vocês são merecedores de todo o respeito, carinho e dedicação.

Agradeço, em especial, a Profa. Dra. Carolina Machado Saraiva, minha orientadora, por todas as instruções, palavras de ânimo, pelo despertar a olhar para as desigualdades presentes nas relações sociais, visando combatê-las. Tudo isso contribuiu para que pudesse concluir com sucesso minha pesquisa.

Agradeço também a todos os meus colegas que muito me ajudaram no decorrer da graduação. Agradeço a todos que dispuseram de um tempo para me conceder a entrevista que tanto contribuiu para o meu estudo. Meus sinceros agradecimentos a todos vocês.

RESUMO

As universidades brasileiras a princípio não foram instituídas com o propósito de atender à população não-branca. Os negros, pardos e indígenas universitários eram e ainda são “minorias”*. Após a implantação das ações afirmativas no Brasil, pode-se perceber a redução da desigualdade e a inclusão dos não-brancos em maior número na academia pelo sistema de cotas com o recorte racial. Todavia, essa mudança na composição de cor e raça no ambiente acadêmico demonstra que as experiências vivenciadas por esses discentes nem sempre são positivas, pois o centro acadêmico como entidade social frequentemente tende a reproduzir práticas de racismo e discriminação contra os não-brancos, que os estigmatizam e tentam excluí-los. Desta forma, o presente estudo apresenta esses estigmas que foram atribuídos a esses discentes de uma Instituição Federal de Ensino Superior em Minas Gerais, por serem não-brancos e cotistas, pois percebe-se que pelo fato da pessoa ser negra ou parda já são estigmatizadas como inferiores aos brancos em QI, deduzem que sejam pobres e quando são cotistas esses estigmas se multiplicam, porque há também os estigmas das cotas, por serem alunos de escolas públicas, questionam sobre o conhecimento adquirido por esses discentes, são estigmatizados como incapazes por serem vistos como “favorecidos” para terem acesso à universidade, e tudo isso sucede por não apresentarem características físicas ou sociais parecidas com os grupos dominantes. A abordagem metodológica utilizada foi a qualitativa do tipo conclusivo descritivo. A coleta de dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas, pela técnica bola de neve. Quanto à cor/raça, os alunos ou ex-alunos entrevistados se consideram negros(as) e pardos(as), cotistas e não cotistas. A partir dos relatos desses discentes, torna-se possível descrever as situações reais vivenciadas no contexto universitário após a instituição do sistema de cotas.

Palavras – chave: Ações afirmativas; Cotas raciais; Estigmas; Não-brancos.

* O termo “minorias” refere-se à quantidade de pessoas negras, pardas e indígenas nas universidades brasileiras, pois segundo dados do IBGE a sociedade brasileira é composta em sua maioria por indivíduos que se consideram pretos ou pardos.

ABSTRACT

Brazilian universities were not established at first with the purpose of serving the non-white population. Blacks, browns and college indians were and still are "minorities"*. After the implementation of affirmative actions in Brazil, it can be seen the reduction of inequality and the inclusion of non-whites in greater numbers in the academy by the quota system with racial profiling. However, this change in the composition of color and race in the academic environment demonstrates that the experiences experienced by these students are not always positive, because the academic center as a social entity often tends to reproduce practices of racism and discrimination against non-whites, who stigmatize and try to exclude them. Thus, the present study presents these stigmas that were attributed to these students of a Federal Institution of Higher Education in Minas Gerais, because they are non-white and quota holders, because it is perceived that because the person is black or brown are already stigmatized as inferior to whites in IQ, they induce that they are poor and when they are quota holders these stigmas multiply, because there are also the stigmas of quotas, because they are students of public schools, question about the knowledge acquired by these students, are stigmatized as incapable because they are seen as "favored" to have access to the university, and all this is because they do not present physical or social characteristics similar to the dominant groups. The methodological approach used was descriptive conclusive qualitative approach. Data were collected through semi-structured interviews, using the snowball technique. Regarding color/race, the students or former students interviewed consider themselves black and brown, quota holders and non-quota holders. Based on the reports of these students, it is possible to describe the real situations experienced in the university context after the establishment of the quota system.

Keywords: Affirmative actions; Racial quotas; Stigmas; Non-white.

* The term "minorities" refers to the number of black, brown and indigenous people in Brazilian universities, because according to IBGE data Brazilian society is composed mostly of individuals who consider themselves black or brown.

SUMÁRIO

| | | |
|------------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 1.1 | OBJETIVOS..... | 10 |
| 1.1.1 | Objetivo Geral..... | 10 |
| 1.1.2 | Objetivos Específicos..... | 10 |
| 2 | REFERENCIAL TEÓRICO | 11 |
| 2.1 | Políticas Afirmativas..... | 11 |
| 2.2 | Lei de Cotas no Ensino Superior no Brasil..... | 12 |
| 2.3 | Debates que marcaram a trajetória das cotas nas universidades brasileiras..... | 14 |
| 2.4 | Dificuldades dos alunos cotistas na permanência no Ensino Superior no Brasil..... | 15 |
| 2.5 | O estigma do Ser Cotista: breves notas..... | 17 |
| 3. | METODOLOGIA | 23 |
| 3.1 | Delineamento..... | 24 |
| 3.2 | Processo de Coletas de Dados..... | 24 |
| 3.3 | Processo de Análise de Dados..... | 25 |
| 4 | ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÕES..... | 25 |
| 4.1 | Estigmas atribuídos aos não-brancos..... | 26 |
| 4.2 | Estigmas das Cotas Raciais..... | 27 |
| 4.3 | Estigmas de ser cotista e não-brancos na universidade..... | 29 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 34 |
| | REFERÊNCIAS..... | 36 |
| | APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA..... | 41 |
| | ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO..... | 42 |

1 INTRODUÇÃO

Para que se possa entender a dificuldade do acesso de pessoas não-brancas às universidades, torna-se necessário observar que o Brasil é o país do racismo. Apesar da miscigenação do povo brasileiro, desde o início da colonização já havia notáveis desigualdades na sociedade. Quando se observa o termo igualdade racial como instituído formalmente na lei, fica evidente que há uma democracia racial e igualdade de oportunidades a todos. Mas, quando se faz uma análise do acesso ao ensino superior, essa democracia é desmistificada, pois as instituições de ensino superior se restringem a uma camada privilegiada da sociedade. Os negros, pardos e indígenas universitários são “minorias”. E essa desigualdade percebida na atividade acadêmica é consequência de uma assimetria racial e social que reverbera desde tempos remotos na coletividade.

Cruvinel et al. (2017) em suas análises retratam que a abolição da escravatura no Brasil ocorreu visando beneficiar o país e sua modernização e não para reparar as injustiças causadas aos negros. Ademais, após sua libertação, as pessoas escravizadas tiveram que enfrentar o preconceito, a discriminação e o racismo. Perante o exposto, o Brasil nos últimos anos vem desenvolvendo ações estratégicas para compensar aos negros o espaço que lhes foi negado. Dentre as políticas de reparação encontra-se a lei de cotas que assegura uma porcentagem de vagas para os não-brancos, possibilitando a inclusão dos negros, pardos e indígenas nas universidades.

Cruvinel et al. (2017) acrescentam que ao observarem a composição racial das instituições de ensino superior, perceberam um reflexo da história escravocrata brasileira e pós-abolicionista. É notório a importância das instituições públicas ao promoverem a educação, no entanto esse ensino historicamente tem diplomado elite. Para que o ensino superior se torne democrático, as políticas públicas devem ser aplicadas a todos, mas torna-se necessário que haja um tratamento diferenciado para com aqueles que se encontram em situação desigual. O sistema de cotas, especialmente as cotas raciais, embora seja vista como injusta para os conservadores, ao contemplar um cidadão em virtude da cor de sua pele em detrimento ao outro, na verdade, têm como propósito reduzir a enorme injustiça e desigualdade que os afrodescendentes estão ainda submetidos.

Todavia, Irigaray, Langerhorst e Adorno (2021) descrevem que as relações sociais entre os alunos cotistas e não cotistas do curso de Administração presencial de certas universidades públicas como enfoque do presente estudo nem sempre ocorre de forma interativa. Há um

desmembramento na formação de grupos por afinidades. Percebe-se o grupo dos indivíduos de melhores condições aquisitivas e o grupo dos de baixa renda. Os autores retratam que, quando esses alunos são não-brancos e cotistas, as interações sociais se dificultam ainda mais, pois encontram obstáculos para organizarem grupos de estudos e se sociabilizarem, além dos estigmas que lhes são atribuídos.

O presente estudo dissertou sobre a modalidade das cotas com enfoque nas cotas étnico-raciais, o que representou um marco na história das universidades públicas brasileiras. Todavia, as instituições de ensino são um modelo para se constatar e mensurar até onde a população brasileira tem conseguido superar o preconceito, o estigma e a discriminação e declarar a total igualdade entre os seus constituintes (SILVA, 2019 apud SEVERINO, 2020). Como metodologia, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas para alunos e ex-alunos do curso presencial de Administração de uma universidade pública do interior de Minas Gerais, que vivenciam ou vivenciaram situações de racismo ou preconceito por serem não-brancos e cotistas. Dessa forma, tornou-se possível examinar quais os estigmas relativos a ser “cotista” e “não-branco” que são atribuídos a esses alunos ou ex-alunos de Administração dessa instituição e quais as consequências para sua formação.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Ao observar as produções científicas precedentes e entender que os discentes não-brancos e cotistas sofrem ou sofreram estigmas por serem beneficiários das cotas étnico-raciais e por serem não-brancos, esse estudo tem como proposta apresentar e discutir os colóquios de alguns alunos e ex-alunos cotistas e não cotistas que se consideram negros, pardos ou indígenas. Para isso, tem-se como objetivo geral identificar os estigmas relativos a ser “cotista” e “não-branco” que são atribuídos aos alunos e ex-alunos do curso presencial de Administração de uma universidade pública do interior de Minas Gerais e quais as consequências para sua formação?

1.1.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos consistem em:

- a) Identificar alunos e ex-alunos não-brancos do curso de Administração de uma Instituição Federal de Ensino Superior em Minas Gerais;

- b) Entender os estigmas pelos quais eles passam/passaram sobre ser cotista e não-branco;
- c) Compreender o impacto desses estigmas na formação desses alunos e ex-alunos do curso de Administração de uma Instituição Federal de Ensino Superior em Minas Gerais.

Dessa forma, entende-se que a pesquisa possa contribuir para novos discursos nessa instituição como igualmente proporcionar dados relevantes para pesquisas futuras de outros investigadores, e que seja dada atenção a esse assunto, pois as universidades públicas são espaços aptos para instruir esses indivíduos para que venham a combater todas as formas de discriminação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas Afirmativas

Percebe-se que a população negra brasileira ao longo dos séculos vem conquistando seus direitos para ter acesso à universidade. Com o fim da escravidão negros e brancos passam a ter as mesmas obrigações perante a lei. Mas, corrigir feridas que foram causadas aos negros por séculos não é questão apenas de liberdade. O preconceito não deixou de existir. De modo que, tornou-se necessária a criação de políticas públicas afirmativas no Ensino Superior para corrigir distorções históricas e permitir o acesso de pessoas negras, pardas e indígenas em maior número na academia.

Silva (2020) historia que o advento das ações afirmativas tem seu berço nos Estados Unidos, iniciando-se na década de 60, desde então vêm laborando com tais políticas públicas que representam as camadas étnico-raciais, e tal implantação serviu de parâmetro para o Brasil. Entretanto, as ações afirmativas adentraram na pauta de políticas nacionais combatendo as dissimilaridades raciais e sociais na educação superior brasileira a partir da “III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata” que ocorreu em Durban, em 2001. Desde então algumas universidades como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no ano de 2003, a Universidade de Brasília (UnB), no período de 2007, e outras, passaram a adotar as primeiras ações afirmativas direcionadas para a população negra e indivíduos de baixa renda.

À luz de Ferreira (2019) as ações afirmativas foram implantadas no Brasil visando reduzir a discriminação racial, a desigualdade e para que haja maior inclusão desses grupos. No Ensino Superior essa política reparatória busca promover a equidade por meio de tratamentos diferenciados provisoriamente entre grupos sociais, para que no futuro haja redução de

discriminação e diferenças raciais. As ações afirmativas pretendem corrigir diferenças preconceituosas que perduram até os dias atuais.

Gemaa (2011) disserta que as ações afirmativas são focais, pois tem como propósito reverter desvantagens construídas no decorrer da história que causam prejuízo a pessoas, por pertencerem a um grupo discriminado. Essas medidas têm como propósito combater, a título de exemplo, à discriminação racial e étnica, ampliando a participação dos grupos minoritários, tal como, no acesso ao ensino superior e no reconhecimento cultural.

Para Júnior (2018) as ações afirmativas são medidas necessárias para proporcionar oportunidades pariformes aos indivíduos ou grupos historicamente marginalizados. Dado que, no Brasil, a exclusão dos negros no ensino superior não se dá de forma oficial. Todavia, quando se analisa o perfil dos discentes no centro acadêmico, principalmente nos cursos mais pretendidos, constata-se que há uma segregação educacional. Sendo assim, a política de ações afirmativas é primordial para beneficiar os grupos excluídos historicamente ao acesso no ensino superior.

Silva (2020) afirma que, ao analisar a trajetória das ações afirmativas no Brasil, percebe-se que as disparidades raciais perduram no país. À essa vista, é inconfiável que um programa de ações afirmativas consiga dissipar as dessemelhanças raciais presentes no país. Todavia, entende-se que o acesso à educação superior é um direito que esses grupos conquistaram por intermédio de lutas em busca de melhorias e igualdade de oportunidades.

2.2 Lei de Cotas no Ensino Superior no Brasil

Com a aprovação da lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, indivíduos autodeclarados não-brancos, advindos de escolas públicas, conquistam o direito ao acesso às universidades públicas pelo sistema de cotas com o recorte racial. Um marco na história acadêmica brasileira em prol da isonomia racial. O Brasil que carrega em sua estrutura o racismo há séculos, começa a dismantelar de forma gradativa a desigualdade racial que perdura na sociedade. Essa legislação determina em seu artigo 1º que 50% das vagas sejam destinadas a estudantes que cursaram integralmente o ensino médio nas escolas públicas. Quanto ao recorte étnico-racial fica estipulado que:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a

instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012).

Para Cipriano, Machado e Maranhão (2016, p. 4) “as novas medidas aplicadas por governantes na busca de democratizar e igualar o acesso à universidade, através de políticas de ação afirmativa como a lei de cotas, mostra uma consciência de que a história foi desigual para negros, pardos e indígenas na educação[...]”.

No entanto, o sistema de cotas raciais sobre o qual daremos enfoque se mostra como um importante meio de promover a democracia no ensino superior no campo das ações afirmativas. Desde a consolidação da lei de cotas houve um aumento expressivo da população não-branca nas universidades. Como também conscientização para debates étnico-racial na academia. (SOUZA et al., 2019).

Segundo dados do IBGE (2016 apud MELERO et al., 2018) a sociedade brasileira é composta em sua maioria por indivíduos que se consideram pretos ou pardos, porém no meio acadêmico essa dominância se converte em exceção, uma vez que, antes da instituição federal da lei de cotas menos de 2% dos alunos universitários se autodeclararam negros. Para os autores, após a lei de cotas é perceptível o aumento desse público no meio acadêmico, como se observa a seguir:

Os dados do IBGE (2016) ainda mostram que, entre 2013 e 2015, a política afirmativa de reserva de cotas garantiu o acesso a aproximadamente 150 mil estudantes negros em instituições de ensino superior em todo o país. Ou seja, esse crescimento se deu, sobretudo, à política de cotas implementada nas universidades e depois ratificada pela lei 12.711/2012, dado que os números anteriores a essas políticas são pífios. Pelos números apresentados, verifica-se, no Brasil, a exclusão dos negros e pardos dos bancos universitários. A lei 12.711, portanto, surge como uma política pública capaz de atenuar e reverter esse quadro de exclusão ao reservar vagas a alunos pardos e negros de escola pública. O Estado, assim, cumpre seu papel de criar mecanismos que propiciem a busca da igualdade material em sociedade. Isso possibilita o surgimento de uma maior justiça social através da educação. (IBGE, 2016 apud MELERO et al., 2018, p. 138).

Mediante o exposto, os autores refletem sobre a importância da lei de cotas ao incluir esses indivíduos e desenvolver meios que possibilitem um tratamento mais justo e igualitário entre as pessoas.

Assunção, Santos e Nogueira (2018) expõem que nos últimos anos vem sendo implementadas políticas específicas em favor da população negra, especialmente a política de cotas raciais que se apresenta como uma ação corretiva para equiparar os direitos entre negros e brancos, e que também visa dismantelar culturas e conceitos injustos que tendem a colocar o

negro em posições subalternas aos brancos. Ademais, a lei de cotas proporciona aos negros a oportunidade para ingressar à uma universidade pública, além de combater o racismo que perdura na sociedade moderna.

Machado e Magaldi (2016) abordam o sistema de cotas como uma ação de natureza reparatória, dado que, objetiva proporcionar uma oportunidade maior para que alunos negros e pobres consigam adentrar às universidades públicas brasileiras. De acordo com as autoras, a educação pública brasileira por muito tempo serviu a elite, desprezando a população negra e os pobres. Contudo, a aprovação da lei de cotas em 2012 contribuiu para oferecer condições a esses que não se encontram em pé de igualdade com os outros. Permitindo assim, que as universidades públicas possuam uma representação mais heterogênea, representando o padrão da sociedade no país e não apenas privilegiando uma parte da população que a tempos vem se beneficiando pela legislação ou pela posição social.

Segundo Santos e Scopinho (2016) a implantação das cotas para não-brancos tem como proposta o combate ao racismo e ao preconceito relacionados às diferenças sociais e raciais, tornando assim o meio acadêmico com maior representatividade, valorizando a diversidade. Posto isto, as distinções enobrecem as chances de produção de saberes na academia, como agregam para a observação distinta sobre as visões de mundo, cultura e meio de solução. Tudo isso contribui para a tão rica excelência acadêmica.

Souza et al. (2019) ilustram que as desigualdades sociais e raciais no Brasil começaram a ser desmanteladas a partir das políticas públicas. Tal como, a política de cotas nas Instituições Federais de Ensino, cujo desígnio consiste em promover a igualdade formal para acesso à educação superior, permitindo a entrada de pessoas pobres e negras às universidades, assim como, proporcionar a democratização no ensino público. À vista disso, a política de cotas tem contribuído para a redução das diferenças e acrescido os debates étnico-raciais no meio acadêmico. Portanto, o ideal seria um dia não necessitar mais dessas intervenções, visto que, todos desfrutarão das mesmas oportunidades.

2.3 Debates que marcaram a trajetória das cotas nas universidades brasileiras

O sistema de cotas exasperou diversas pessoas. À essa vista, as cotas raciais se tornaram um termo quase que pejorativo. À luz de Farias (2019) as alegações contrárias por vezes baseiam-se no art. 5º da Constituição Federal, que assegura os direitos iguais a todos os cidadãos. Dessa forma, as cotas raciais beneficiariam os negros, pobres e índios e contrariariam os direitos dos brancos ao serem julgados por suas competências individuais. Nesse sentido, a

instituição de cotas seria injusta pela sua discriminação positiva ao compensar a discriminação negativa vivenciada pelos negros, índios e pobres. Ademais, as cotas suscitam o ódio daqueles que alcançaram nota igual ou maior ao cotista e não conseguem adentrar à universidade. Além disso, representa o preconceito relativamente aos negros ao suspeitar que o discente negro e cotista não tem capacidade para ter acesso ao ensino superior por méritos próprios.

Vasconcelos e Galhardo (2016) demonstram determinado argumento contrário centrado na ideia de que não é papel da universidade ser inclusiva ou corrigir lacunas decorrentes da má qualidade de ensino das escolas públicas. Sob outra perspectiva, as justificativas favoráveis afirmavam que a segregação denuncia o preconceito, a discriminação e o estigma. E que as universidades são aptas para proporcionar a igualdade de direitos.

Trindade e Miléo (2021) apresentam outras perspectivas contrárias, como o princípio do mérito. Para os autores, o sistema de cotas não extingue o mérito do concorrente, mas se constitui como meio de inclusão de uma parte excluída da educação superior. Outro argumento oposto apresentado era de que em razão da miscigenação do povo brasileiro impediria diferenciar quem é negro, sendo assim, o método de autodeclaração poderia ser aplicado para fraudes, beneficiando a brancos em detrimentos a população negra. Os autores enfatizam que, se os negros possuem salários inferiores, apresentam maiores índices de desemprego, são barrados constantemente pela polícia. Logo, onde está a dificuldade para se estabelecer os negros no Brasil.

2.4 Dificuldades dos Alunos Cotistas na Permanência no Ensino Superior no Brasil

Menezes Neto (2020) declara que os discentes cotistas, por vezes, encontram-se em situações de paupéris e desigualdade. Dessa forma, a instituição de uma política de assistência para esses egressos pela modalidade de cotas que apresentam condições de pobreza é imensamente importante para a permanência na academia. No entanto, o autor descreve que o ensino no Brasil, em certas circunstâncias, é retratado como um gasto nos sites governamentais. À essa vista, torna-se primordial que a assistência ao acadêmico não seja apercebida como um singelo dispêndio e sim como uma aplicação na educação desses alunos. Acordando que, os beneficiários desse auxílio precisam comprovar sua condição de hipossuficiência, ou seja, que são realmente pobres. Dessa forma, a assistência estudantil proporciona a igualdade de oportunidade e permanência na educação superior.

Dias (2017) direciona seu olhar para a importância das políticas vigentes que possibilitam o ingresso da população negra no ensino superior. Entretanto, considera que há um

extenso percurso a ser trilhado no aspecto de conceder subsídios para a permanência dessa classe de alunos que, historicamente, teve o acesso à educação negado. Entre os aspectos vinculados à permanência dos discentes no ensino superior, a autora cita a importância das universidades ao concederem estruturas apropriadas como suporte ao transporte, moradia estudantil, a disposição de um laboratório, como também refeitório e biblioteca.

Para Dias (2017) além desses aportes mencionados acima deve haver um apoio institucional que reconheça e valorize a condição étnico-racial, como incentivar a criação de ambientes, eventos e entidades para que esses graduandos se reconheçam, se acolham, e corroborem seu reconhecimento e pertencimento racial no centro acadêmico. Ademais, a universidade deve disponibilizar, ainda, conforme a necessidade do discente, suporte para o aperfeiçoamento acadêmico, como assistência e instruções para as aulas, assim como auxílio para o aprendizado de idioma estrangeiro. É imprescindível que esses estudantes se reconheçam como pertencentes à instituição e que a mesma confie neles, confirme seu valor, os abrace, respeitando sua pertença racial.

Santos (2020) ao analisar o processo de acesso e permanência de alunos cotistas raciais e da educação pública em certas universidades, observou que, para a permanência, os estudantes explanaram nos depoimentos que desenvolveram estratégias, tal como, produzir conexões de sociabilidade, atuação em atividades acadêmicas e organizações sociais, além de garantir o bom rendimento acadêmico. Quanto as dificuldades relataram a ausência de bolsas de permanência e a inexistência de conversação dos docentes com os discentes que enfrentavam dificuldades na ação pedagógica. O autor entende que, ao possibilitar o acesso dos negros, às Instituições de Ensino Superior precisam se atentar aos meios de socialização desses alunos, assim como dispor de ações para a permanência que consiste em desenvolver novas didáticas e política de auxílio estudantil, tal como bolsas, moradia, auxílio alimentação e outros. E expectativas de continuação acadêmica, como estímulo a iniciação científica, políticas de ingresso a pós-graduação, a título de exemplo.

Cordeiro (2017) compreende que os obstáculos arrostados pelos discentes cotistas são percebidos na concepção de que a permanência é uma condição que além de envolver as demandas socioeconômicas, pedagógicas, abrange igualmente aspectos culturais. Dessa forma, a cultura universitária necessita se transverter para que no ambiente acadêmico encontre-se o respeito à diversidade, tal como, o desenvolvimento de conhecimento para além do modelo colocado como hegemônico. A autora apresenta que, a discriminação vivenciada pelos estudantes cotistas marca o percurso acadêmico desses membros e influencia na permanência e no rendimento dos tais, visto que, além da totalidade que

compete a formação têm de conseguir forças para combater essas discriminações. Para a autora, é primordial que esses discentes participem de eventos, sejam instruídos nas temáticas da diversidade e que possam suscitar esses debates no meio universitário, pois, um enfoque extremamente importante para a permanência é o aspecto cultural, considerando que tais eventos proporcionam modificações na coletividade acadêmica.

2.5 O Estigma do Ser Cotista: breves notas

As universidades públicas brasileiras como instituições sociais manifestam que os mesmos estigmas, preconceitos, discriminações e racismo presentes na sociedade se encontram no meio acadêmico. Discentes egressos pelas cotas raciais relatam situações constrangedoras vivenciadas nas universidades por serem cotistas e não-brancos. Dessa forma, o presente estudo analisou as literaturas antecedentes para entender quais os estigmas que esses alunos passam ou passaram sobre serem cotistas e não-brancos.

Para Goffman (1963) o estigma tem como propósito diminuir aqueles que possuem atributos diferentes, estando associado ao descrédito, à discriminação e aos julgamentos pelas características estereotipadas de uma pessoa.

Modesto et al. (2017) entendem o preconceito como uma atitude desprezível a um indivíduo ou grupo pelo fato de pertencer a certo grupo. Quanto ao racismo essa atitude desprezível está relacionada a inferiorização dos afrodescendentes perante outras raças. A discriminação, no entanto, se diferencia do preconceito por ser uma ação aberta, tendo como característica central um tratamento distinto a uma pessoa ou grupos diferenciados, normalmente evidencia-se práticas negativas aos grupos vistos como minoritários em alguns âmbitos sociais, como exemplo, a população negra.

Borges (2018, p. 44) descreve que “o estigma do negro é fruto do sistema colonialista de dominação, em que consistia não apenas o domínio do espaço geográfico, mas também da dominação de povos, culturas e do próprio ser”. De acordo com o autor, a população negra após a abolição continua sendo vista por um conjunto de estereótipos que outorga ao negro o estigma que o impõe como um perigo e obstáculo para a sociedade. O negro colonizado era desvalorizado, dominado e inferiorizado desde tenra idade. Aos negros restavam trabalhos precários, desvalorizados e o acesso à educação negado. Essa discriminação racial ainda perdura na sociedade brasileira. O padrão social era e ainda é o branco. Para os não-brancos foram sendo construídos estigmas sociais no sentido de desqualificação, sendo classificados e

tratados como inferiores. Esses estigmas estão sendo reproduzidos constantemente na sociedade e no meio universitário.

Para Moreira (2017) o racismo no Brasil é estrutural. As minorias raciais pertencem a grupos subalternos que enfrentam situações de desvantagem estrutural no decorrer da história. Um dos fatores que mantêm essa conjuntura está relacionado à reprodução contínua de estigmas que causam danos perduráveis ao status cultural para membros desse grupo, como também práticas sociais que proporcionam desigualdades materiais a esses indivíduos. No entanto, o autor acrescenta que, para o princípio da isonomia constitucional se transformar em realidade, torna-se necessário eliminar as disparidades entre negros e brancos. Nesse sentido, as ações afirmativas cumprem um papel extremamente importante para dismantelar os estigmas culturais pervasivos, e assim, permitir a transformação que nacionaliza a estratificação racial.

Iensue (2021) comenta que reconhecer as diferenças, tendo em vista propagar a realidade de uma diversidade cultural inclusiva, não se apresenta pertinente para contestar os estereótipos e estigmas presentes até o momento na sociedade que segrega os negros. No ensino superior, a autora enfatiza que a política de inclusão social tem se mostrado eficiente em relação à diversidade após a efetivação da lei de cotas. De modo que, a representação dos negros tem ampliado no meio universitário após a reserva de vagas para não-brancos. E essa transformação cultural torna-se positiva para a formação mais completa dos discentes permitindo maior interação de raças, reduzindo estereótipos raciais, trazendo benefícios para a educação em um âmbito mais diversificado.

Contudo, Carvalho (2020) compreende que essa mudança significativa na composição de cor e raça no ambiente universitário a partir do sistema de cotas, também contribuiu para diferentes experiências que nem sempre são positivas. Pesquisas recentes mostram que alunos negros cotistas enfrentam ou enfrentaram dificuldades no ambiente acadêmico sendo a cor da pele a questão central. A universidade como entidade social, frequentemente tende a reproduzir práticas discriminatórias que estigmatizam o negro ou não branco cotista e tenta excluí-lo.

Oliven e Bello (2017) explicam que os cotistas não-brancos encontram dificuldades ao adentrarem à uma universidade. Existe um período de adaptação, os discentes precisam compreender as burocracias da instituição, como corrigir deficiências relacionadas ao ensino fundamental e médio adquiridos na escola pública, uma dificuldade enfrentada pelos cotistas comumente. Mas, além dessas circunstâncias, os cotistas não-brancos precisam enfrentar o preconceito, que por vezes, é evidenciado nos corredores dos prédios, em comentários e atitudes seja de seus pares ou de certos docentes que têm como intuito estigmatizar os não-brancos.

Ainda de acordo com Oliven e Bello (2017), ao analisarem depoimentos concedidos por alguns discentes, há relatos de que uma graduanda é difamada por parecer índia. Em outros contextos as ofensas foram manifestas nas pichações realizadas nos muros da universidade dizendo não as cotas, proferindo palavras pejorativas aos negros. Dessa forma, pode-se perceber quão grandes são os desafios das instituições públicas de ensino superior. É preciso criar mecanismos de inclusão, como também espaços para reflexão e discussão para os atuais acontecimentos apresentados pelos estudantes cotistas. Quando as universidades propiciam espaços para que os alunos negros, indígenas e pobres possam ingressar ao ensino superior, há um estímulo à diversidade e aproximação da realidade em que se encontra a maior parte do povo brasileiro.

Conforme Soares e Silva (2021), com a inserção de pessoas negras em maior número na academia, que outrora quase de exclusividade branca, pode-se perceber mudanças reais no meio universitário. Entretanto, um questionamento pertinente que precisa ser compreendido, diz respeito às modificações estruturais nas instituições universitárias. Essas transformações ocorreram de fato ou estão em processo para que os corpos negros deixem de ser estigmatizados, excluídos, violados e os indesejáveis em uma sociedade racista.

Ainda à luz das autoras Soares e Silva (2021), as universidades públicas brasileiras não foram instituídas a princípio para atender alunos não-brancos. Dessa forma, observam-se reações de espanto e incômodo com essas pessoas ocupando um espaço que não foi planejado para eles. Transformar esses ambientes ainda é um desafio não apenas para alunos não-brancos que transitam nesse ambiente, como também para aqueles que se comprometem a uma prática antirracista.

Para Eugenio e Algarra (2018) essa transformação expressiva no perfil dos alunos na academia evidencia que situações de preconceito e racismo são corriqueiras. Discentes negros relataram em entrevistas aos autores situações vivenciadas de descrédito, comentários pejorativos, certas piadas. Há pessoas que julgam que os afrodescendentes só têm acesso à universidade porque existe o sistema de cotas.

Marques e Ribeiro (2019) compreendem que a política de acesso ocasionou alterações no perfil dos alunos acadêmicos, mas não provocaram transformações na cultura universitária. As autoras salientam que os cotistas negros enfrentam mais dificuldades, pois o racismo e o preconceito se apresentam de modo a ignorar os direitos de certos grupos e a privilegiar o grupo que se encontra em posição de primazia. Dessa forma, torna-se necessário que a universidade como um todo propicie condições ao fortalecimento da identidade negra, trabalhando as

diversas etnias, culturas e conceitos, transmitindo bons exemplos e proporcionando igualdade de oportunidades.

Pesquisas recentes produzidas por Mongim e Trindade (2018), em uma universidade pública, sobre a inserção dos negros pelo sistema de cotas, demonstram que o preconceito e os estigmas vivenciados pelos afrodescendentes não foram eliminados. O acesso e a permanência desses estudantes na academia têm acontecido em meio a constrangimentos. Esses discentes lidam com práticas discriminatórias e racistas que procedem seja de seus pares ou mesmo de agentes institucionais.

Nesse sentido e ainda à luz das autoras Mongim e Trindade (2018), um episódio percebido e presenciado em uma universidade envolve um docente, que ao suscitar um debate em sala de aula criticou severamente os estudantes cotistas em geral, especificamente os negros cotistas. Discentes presentes relataram que o professor alegou explicitamente que os cotistas diminuem o nível do ensino e que se ele precisasse escolher entre um médico ou advogado de raça branca ou preta, sem dúvida escolheria o branco por estar convicto da maior competência dos profissionais desta cor/raça. Essa expressão demonstra que a ascensão de negros à universidade intensifica o ódio dos racistas que decidem demonstrá-lo publicamente.

Lemos (2017) analisa a trajetória acadêmica de alguns discentes que ingressaram à universidade pelo sistema de cotas raciais. Nos depoimentos pode-se evidenciar que há um preconceito mais elevado em relação aos alunos que entraram pelas cotas raciais se comparado aos demais que adentraram pela cota escola pública. Isso porque, para algumas pessoas, raça não deve ser critério para distinção no sistema de cotas. Afirmam ainda que, o preconceito racial se manifesta de diferentes formas no meio acadêmico. Contextos em que colocam os negros em espaços subalternos. Existe ainda o preconceito velado que, por vezes, se justifica como uma opinião. Para a autora, o racismo continua presente nas interações sociais.

Carvalho (2018) descreve sua experiência como aluna negra em uma universidade. Um fato marcante e perturbador emocionalmente em sua jornada acadêmica ocorreu em um dia de entrega de prova. A discente atingiu quase nota máxima na avaliação e quando o docente entregou a avaliação perguntou: “é você mesmo?”. A autora interpreta aquele cenário como um ato racista. A surpresa e o descrédito tácito estariam relacionados à associação de uma boa nota a uma aluna negra. Esses atos discriminatórios e de desqualificação ao corpo negro enfrentados por ela levaram-na a questionar se aquele ambiente realmente a pertencia, pois, o sentimento de não pertencimento foi notório desde seu ingresso à academia. Porém, o coletivo daquela instituição a acolheu e permitia aos negros o ato de denúncia de episódios vivenciados em sala

de aula, como também ser ouvidos e reconhecidos. Segundo a mesma, a universidade precisa promover debates contra o racismo, ser hospitaleira e sensível ao acolher esses novos públicos.

Outras narrativas como a do Álvaro e Diego, cotistas negros, transcritas por Lemos (2017), diziam que ao transitar pelo corredor da universidade eram chamados de “Zé Cotinha”. Para eles, “o estigma da cor se confundia com o estigma da cota”. Deduziam que eram cotistas por serem negros. Para Daniel (2020), isso demonstra que o sistema de cotas ao mesmo instante em que evidencia o racismo no Brasil, permite maior adesão de negros à universidade, pode constituir um estigma de que todo aluno negro é cotista. Essa ação apresenta o racismo em suas diversas formas, por meio de expressões discriminatórias e pejorativas, que é uma forma de inferiorizar o negro.

Marques e Ribeiro (2017) descrevem que o centro acadêmico deve propor ações para discussões e debates sobre as políticas afirmativas. Visto que, em conversas com alunos negros, constataram-se que, as mesmas situações de preconceitos e discriminação presentes na sociedade também se apresentam nas universidades. Os negros cotistas, além de enfrentar a discriminação por serem negros, há também o preconceito das cotas. À vista disso, as universidades precisam proporcionar espaços para que haja o fortalecimento da identidade dos discentes, com o empenho de todos que fazem parte da instituição.

Essas experiências acadêmicas expostas, como pode-se verificar, podem influenciar na formação identitária dos discentes. Situações inconvenientes vivenciadas por esses alunos podem favorecer o enfraquecimento da identidade negra. Isto é, podem colaborar para uma identidade negra negativa, onde o indivíduo busca negar a si mesmo ou tenha dificuldade em assumir sua identidade. No entanto, a universidade também pode proporcionar o fortalecimento da identidade negra, atuando com atividades extraclasse, sendo elas coletivas ou projetos de extensão, bem como produzindo pesquisas sobre diversidade étnico-racial e combate ao racismo. (CARVALHO, 2020).

Souza (2017) expõe que as cotas raciais, à vista de certos críticos, se tornam prejudiciais para a população negra, uma vez que, acabarão se tornando vítimas do estigma da incapacidade. O centro acadêmico no que lhe concerne, por vezes, tende a assentir com a exposição dos indagadores ao proporcionar um ambiente negativo para esses alunos, diminuindo sua autoestima por serem beneficiários das ações afirmativas como a lei de cotas. Como pode-se evidenciar no relato de uma egressa negra ex-cotista, que ao externar sua trajetória acadêmica para a autora, disserta sobre determinado contexto em que um docente durante a explanação afirmou de forma categórica que os negros eram inferiores aos brancos em QI. À sua vista, os brancos possuem QI melhor que os negros. Em contrapartida, os negros são melhores em

serviços braçais, afirmou. A aluna se sentiu desconfortável e diminuída com essa fala, por ser a única negra da turma e, acrescenta que ninguém defendeu, todos se silenciaram. Posteriormente, a discente resolveu transmitir tudo que sentia para uma professora através de uma poesia, colocando a questão do preconceito e racismo que sentia. Isso veio ao conhecimento de seus pares e então decidiram criar um grupo de estudos para debaterem o racismo institucional, “o que foi muito bom”, afirma.

Ainda de acordo com Souza (2017), verificando outros depoimentos de egressos negros ex-cotistas, pode-se evidenciar que o fato de serem cotistas os estimularam a conhecer e abordar a questão racial no meio acadêmico. Se propuseram a analisar como sucedem os comportamentos e posturas em relação a presença do negro na universidade. A partir de então produziram artigos científicos, trabalhos de conclusão a fim de entender essas questões. O que demonstra uma evolução de consciência adequada e crítica em certos cotistas, declara a autora. Essas manifestações acabam possibilitando transformações nas universidades. Dessa forma, pode-se perceber que as cotas raciais têm oportunizado o combate ao racismo, ao preconceito, à discriminação e aos estigmas que tendem a colocar o negro em situações subalternas e permitido transformações da realidade social na qual os negros estão inseridos.

Portanto, vê-se que contextos de conflitos raciais estão presentes constantemente no meio acadêmico. Práticas discriminatórias e racistas são mais rotineiras do que se possa cogitar. Harmonia racial na academia como visto não existe. Considerar que todos são tratados da mesma forma na universidade seria até mesmo uma negação do preconceito e racismo enfrentado pelos não-brancos. O racismo é real, está presente na sociedade como na universidade. Ocorre por vezes de forma sutil, covarde e cruel. Por não mostrar sua verdadeira face e permitir ao discriminado o direito de defesa. Para que possa haver uma conscientização e desconstrução do racismo, faz-se necessário um trabalho individual, mas principalmente coletivo onde todos da comunidade acadêmica possam se engajar com afinco na luta contra todos os atos discriminatórios e racistas. (CASTRO; FOSTER; CUSTÓDIO, 2017).

À luz de Silva (2020), as ações compensatórias além de democratizar a educação, visam reduzir as desigualdades raciais, combatendo o racismo, o preconceito e a discriminação no país. Todavia, o autor corrobora que as universidades tendem a reproduzir o racismo que se apresenta de diferentes formas, como se observa na exposição a seguir:

As cotas raciais surgiram para combater os efeitos dessas discriminações raciais existentes, mas muitas pessoas aparentam estarem ainda incomodadas com a crescente presença de negros(as) nos espaços das universidades. [...] porque o racismo nestes espaços continua atuante nas relações entre pessoas, o que pode reforçar as

desigualdades. No acesso a bens simbólicos e materiais, o racismo também se faz presente quando uma pessoa negra não vê referências em um espaço que deveria expressar o multiculturalismo de todos os grupos raciais e étnicos. Isso é algo a se preocupar: será que as AAs estão realmente combatendo o racismo ou estão colocando pessoas negras, mas não às incluindo nestes espaços? (SILVA, 2020, p.104).

Para o autor, a população negra defronta-se com situações de preconceitos e discriminações constantemente, e por vezes, há um aspecto de silenciamento, contudo, quando não refletimos sobre esses aspectos, contribuimos para fortalecê-los. Portanto, o ambiente acadêmico deve contribuir para a produção de conhecimentos que enriqueçam a interação entre as diversas culturas e sujeitos sociais para a sublimidade educacional.

Diante do exposto, percebe-se que o Brasil, após a extinção do sistema de escravatura, não aboliu o racismo de sua história. Pelo contrário, a discriminação emerge inferiorizando os não-brancos. O racismo veio a se tornar crime anos mais tarde, através da lei nº 7716 de 5 de janeiro de 1989. Mesmo assim, atos discriminatórios não deixaram de existir. Como confirmação houve a necessidade de criação de cotas raciais para melhorar o acesso dos não-brancos às universidades. Entretanto, no centro acadêmico como se percebe, o racismo também se manifesta com pichações racistas, publicações em redes sociais inferiorizando os cotistas e não-brancos. E, comentários racistas que tem como intenção menosprezar esse grupo. À vista disso, o racismo é uma realidade no Brasil, que precisa ser combatida (THEODORO, 2020).

Modesto et al. (2017) acrescentam que a discriminação perdura porque ainda se encontra indivíduos preconceituosos em todos os ambientes, como nas instituições públicas onde os alunos cotistas, principalmente os ingressantes pelas cotas raciais, vivenciam situações de discriminação constantemente. E mesmo sendo uma temática continuamente apresentada, pouca atenção tem-se dado às demandas que comprovam a discriminação sofrida pelo aluno não-branco e cotista.

Dessa forma, entende-se que as ações afirmativas foram uma reparação histórica, um reconhecimento do racismo estrutural brasileiro. Mas, debater os estigmas vai muito além, pois é preciso compreender como os não-brancos se sentem em estar em um espaço sempre negado a eles e como isso pode afetar esses estudantes cotistas. Ser julgado como desqualificado e inferior é um estigma que esses alunos universitários enfrentam constantemente e que precisa ser combatido, denunciado para que realmente possa haver harmonia racial nas instituições de ensino, como também na sociedade (BORGES, 2018).

3. METODOLOGIA

3.1 Delineamento

A presente pesquisa trata-se de um estudo qualitativo do tipo conclusivo descritivo, visto que, conforme menciona Mattar (2014), a pesquisa conclusiva é definida por apresentar métodos formais, estar devidamente estruturada e destinada a resolução de um problema ou à análise de possibilidades de curso de ação. Segundo Sampieri, Collado, Lucio (2013), uma pesquisa descritiva procura descrever situações ou contextos exatamente como são e se manifestam.

As pesquisas qualitativas envolvem todas as áreas sociais. Por meio delas é possível realizar estudos aprofundados com definições simples e cotidianas, para entender o significado da vida dos indivíduos em suas condições reais. Esse tipo de estudo também abrange condições contextuais sobre condições sociais, ambientais e institucionais onde as vidas das pessoas acontecem, ou seja, os eventos estão em andamento e não em um “passado morto”, onde não se confronta como faz a história. Ela também não é apenas uma narrativa dos acontecimentos rotineiros. Pelo contrário, as pesquisas qualitativas referem-se a um querer elucidar as situações através de conceitos existentes ou emergentes (YIN, 2016).

3.2 Processo de Coleta de Dados

O estudo foi desenvolvido por meio de entrevistas semiestruturadas. De acordo com Castro, Foster e Custódio (2017), esse instrumento metodológico se desenrola por um conjunto de perguntas e questões básicas que precisam ser exploradas. Mas, sem nenhuma colocação exata, as perguntas podem ser adaptadas conforme as necessidades do entrevistador. Para Rosa e Arnoldi (2014), as entrevistas semiestruturadas são previamente preparadas, mas ao mesmo tempo permitem total liberdade de resposta ao entrevistado. As entrevistas da presente pesquisa ocorreram por videoconferência pelo Google Meet.

Quanto aos dados coletados, pode-se estabelecer como primário, e dado a importância do objeto de estudo, os sujeitos de pesquisa foram sete respondentes, dentre alunos e ex-alunos não brancos do curso presencial de Administração de uma Instituição Federal de Ensino Superior em Minas Gerais, que vivenciam ou vivenciaram situações de racismo ou preconceito por serem não-brancos e cotistas. Os participantes das entrevistas foram convidados por mensagens enviadas pelo WhatsApp, Instagram, Facebook e Email. A autora desse estudo tinha o contato desses indivíduos pelo fato de ter cursado ou estar cursando as mesmas matérias desses alunos e ex-alunos.

Foi utilizada a técnica bola de neve. Para Yin (2016), a amostragem em bola de neve constitui-se em selecionar novas unidades de coleta de dados, como um desdobramento dos já existentes. Mas, com um propósito de obter informações adicionais que sejam relevantes para o estudo. Apesar da utilização dessa técnica, não foi granjeado novos integrantes para a pesquisa advindos dela.

Dessa forma, o objetivo do trabalho consiste em analisar por meio dos depoimentos quais são esses estigmas comprovados no meio acadêmico e como eles podem impactar na vida desses estudantes. E, portanto, o que precisa ser feito pela instituição, professores e alunos, seja no individual ou coletivo para que haja harmonia racial no contexto universitário.

3.3 Processo de Análise de Dados

Quanto à escolha da metodologia da análise de dados foi utilizada a Análise de Conteúdo, que apresenta-se como um agrupamento de métodos de análise das comunicações, que emprega técnicas sistemáticas e objetivos de narração do conteúdo dos relatos. É uma técnica muito prática, submetida a particularidade da fala a que se confere e da forma de interpretação que se projeta como finalidade (BARDIN, 1977).

Quanto a construção das categorias de análise de dados foi utilizada a função de administração da prova (BARDIN, 1977). A autora descreve que essas hipóteses recorrerão para o procedimento de estudo sistemático para serem verificadas na percepção de uma comprovação ou de uma eliminação. Trata-se de uma análise de conteúdo que sirva de prova. Grande parte dos estigmas encontrados nos relatos puderam ser constatados nos estudos precedentes.

4. ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÕES

Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizadas sete entrevistas com alunos e ex-alunos que se declararam negros(as) e pardos(as) do curso de Administração de uma universidade do interior de Minas Gerais, cotistas e não cotistas, no período de 17 à 19 de novembro. A duração média das entrevistas foi de treze minutos, sendo as tais gravadas com consentimento dos respondentes, após análise do TCLE. A pesquisa foi submetida ao Comitê de ética e autorizada pelo Comitê.

A tabela a seguir demonstra alguns dados dos entrevistados.

| Entrevistados | | | |
|----------------------|-----------------|---------------|----------------------------|
| | Cor/Raça | Gênero | Cotista/Não cotista |
| Entrevista 1 | Pardo | Masculino | Cotista |
| Entrevista 2 | Negra | Feminino | Cotista |
| Entrevista 3 | Negra | Feminino | Cotista |
| Entrevista 4 | Negro | Masculino | Cotista |
| Entrevista 5 | Negra | Feminino | Não cotista |
| Entrevista 6 | Negra | Feminino | Cotista |
| Entrevista 7 | Parda | Feminino | Cotista |

Durante a coleta dos dados pode-se observar uma certa resistência por parte de alguns discentes não-brancos em conceder entrevistas. Isso demonstra que, por vezes, há um aspecto de silenciamento, de não querer elucidar sobre o racismo, o estigma, o preconceito que está de tal maneira enraizado na cultura acadêmica e nas relações sociais e que deve ser combatido de forma efetiva, denunciado, para que possa haver harmonia racial em todas as esferas, a começar pelo centro acadêmico que é modelo de transformação para a sociedade como menciona Silva (2019 apud SEVERINO, 2020).

4.1 Estigmas atribuídos aos não-brancos

O estigma objetiva desmerecer a todos os indivíduos que apresentam características dessemelhantes (GOFFMAN, 1963). Nessa perspectiva, como o protótipo social representou e ainda representa a população branca, contra os não-brancos foram sendo criados estigmas no sentido de incapacidade, descrédito e desqualificação, sendo apontados e referidos como inferiores. (BORGES, 2018; CARVALHO, 2018; EUGENIO E ALGARRA, 2018; SOUZA, 2017). Esse cenário igualmente é percebido pelos discentes cotistas e não-brancos, uma vez que, ao adentrarem à academia encontram dificuldades (OLIVEN E BELLO, 2017; MONGIM E TRINDADE, 2018), pois é perceptível reações de espanto e incômodo com esses indivíduos ocupando um ambiente que não foi idealizado para eles (SOARES; SILVA, 2021). E essa discriminação subsiste porque há pessoas preconceituosas em todos os meios (MODESTO et al., 2017). Todas essas colocações dos autores podem ser constatadas não apenas na sociedade, mas igualmente na academia, como se percebe nos depoimentos seguintes.

[...] fora do ambiente universitário alguns alunos sim, têm certos tipos de comportamentos em que pode -se considerar sim, entendeu? A questão de tipo de classe social, entendeu? É familiar né? Usa até uma justificativa, uma premissa de questão de renda, sabe? Ter-se essa percepção que só porque você é negro você pode ser de uma família de uma classe de renda inferior, entendeu? (ENTREVISTA 1).

[...] esse costume errado né, de que vem de muitos anos de que o negro só serve para trabalho braçal e não tem que estudar né, e isso é errado ao meu ver, tem que ter sim as cotas, porque são necessárias, porque é a grande oportunidade de muitas pessoas que [...] entrar né, nesse mundo de estudos, de procurar conhecimento e ter uma formação que vai proporcionar né, talvez uma condição de vida melhor para nós negros, né (ENTREVISTA 3).

[...] na universidade eu não presenciei nem sofri nenhum tipo de estereotipação por parte da universidade, mas às vezes por parte da sociedade [...] quando eu falo que sou estudante de uma Universidade Federal causa um pouco de espanto (ENTREVISTA 7).

Os estigmas atribuídos aos não-brancos, existem desde o período da escravatura no território brasileiro. Desde então, pode-se perceber o estigma da inferioridade racial dos negros, uma vez que, eram e ainda são vistos por alguns indivíduos como bons em trabalhos braçais e inferiores em QI como mencionado na entrevista 3 e igualmente descrito por Souza (2017). Os discentes simplesmente por serem não-brancos são estigmatizados como pobres por não apresentarem o mesmo biotipo dos grupos dominantes. Percebe-se também nas entrevistas que há o estigma relacionado aos atributos e estereótipos, quando os alunos são inferiorizados, desprezados em razão da cor da pele

4.2 Estigmas das Cotas Raciais

No entanto, pode-se perceber que as cotas raciais intensificaram ainda mais o ódio dos racistas que resolvem se manifestar abertamente com atitudes que menosprezam e inferiorizam os não-brancos (OLIVEN; BELLO, 2017; MONGIM; TRINDADE, 2018). Ademais, o recorte racial outorgou aos não-brancos o estigma da inferioridade desses grupos. (EUGENIO; ALGARRA, 2018; LEMOS, 2017; DANIEL, 2020; MARQUES; RIBEIRO, 2017; SOUZA, 2017; BORGES, 2018). Isso porque, para alguns indivíduos raça não deve ser parâmetro para diferenciação no sistema de cotas (LEMOS, 2017). Tudo isso pode ser reafirmado nos discursos seguintes.

[...] já ouvi alguns comentários assim, ah! Porque se você tem cota é muito mais fácil você conseguir entrar numa Universidade Federal, entendeu? Ah! Porque se você é preto não tem uma renda alta você consegue entrar muito mais fácil, como se isso fosse uma coisa boa no caso ou ruim na visão deles, né. A única vez que eu senti que “tava” inferiorizando não só a mim, mas todos os alunos negros, cotistas que estão ali dentro, não-brancos. Eu senti que foi uma forma de inferiorizar, uma forma de racismo, não foi diretamente a mim, não foi falado na minha cara, foi falado assim

entre duas pessoas brancas, e na hora assim eu fiquei pensando, nem pensei em falar nada, responder nada, mas eu acho que essa foi a única vez que eu presenciei alguma coisa do tipo (ENTREVISTA 2).

[...] a priori eu acreditava muito numa intenção muito positiva dessa criação de cotas que era, porque realmente a gente veio de uma cultura onde os brancos estudavam né, “os brancos” estudavam em escolas particulares onde eles tinham muito mais [...], um grau de instrução muito mais elevado que dava para eles uma capacidade muito maior de se ingressar numa universidade, para entrar numa Federal. Enquanto o negro sempre estudou numa escola pública que foi taxada como escola de baixo nível, de baixo rendimento educacional. Então a priori, parece que isso só abriu uma porta, mas existe aí um preconceito eu acho, porque é aquilo que eu falei anteriormente, o conhecimento não tem cor, a sabedoria não tem cor, eu negra tenho tanta condição de competir com uma pessoa branca, ruiva, parda [...] amarela, seja da cor que for. Porque a capacidade é de cada pessoa, a capacidade não está na minha cor. Então o que me faz diferente de você ou de outras pessoas é o quanto eu me dedico para aprender, o quanto eu me dedico me esforço para chegar onde eu quero, né. Eu não posso também ficar achando que só porque, a gente cresce dessa forma achando que eu sou negra, nasci, cresci dentro de uma rede pública de ensino e eu não vou chegar nunca, inclusive [...] eu cresci acreditando que eu nunca chegaria [...] então quando eu fui aceita e fui, foram me explicar que foi devido a minha nota eu fiquei assustada, porque eu cresci acreditando que eu não seria capaz de chegar lá. Então assim, voltando a resposta a priori a ideia foi boa porque abriu uma porta e ampliou para a mentalidade nossa, que nós temos sim a capacidade e para isso foi reservada determinadas cotas, só que por trás disso existe na minha opinião esse preconceito. Eu acho que nós temos sim condição de bater de frente, competir de igual para igual com qualquer pessoa independente da cor, né (ENTREVISTA 5).

Isto posto, percebe-se que o estigma da incapacidade lhe é atribuído, já que precisa ser “favorecido” para ter acesso à universidade por meio do sistema de cotas. Ademais, percebe-se a seguir que há o estigma de que as cotas raciais inferiorizam a todos os indivíduos não-brancos, confirmando assim essa incapacidade.

[...], mas tem muita gente que acredita que a cota é ah! É uma coisa boba, que não tem necessidade, principalmente as pessoas que são brancas, que não se declaram não-brancas. Então eu acho que é necessário, mas a sociedade acho que vê isso como uma coisa desnecessária, né (ENTREVISTA 2).

[...] às vezes a gente vê até pessoas negras defendendo aí a não existência de cotas, que [...] eles acham que a cota é uma forma de inferiorização né, mas é uma prova de incapacidade, mas o contexto é mais histórico [...], a gente não pode ser egoísta ao ponto de achar porque eu tenho condições de ser aprovado em uma ampla concorrência que a cota ela não é necessária né, a gente não pode ser egoísta e olhar só o próprio umbigo né. Então eu acho que tem muito que se evoluir também nesse quesito, das pessoas entenderem aí de onde vem todo esse fator né, que gerou a geração das cotas, né, uma forma de beneficiar, não é um benefício né, de fornecer igualdade com desigualdade. É uma desigualdade para gerar um pouco mais de igualdade né, que é uma forma de combate dessa desigualdade, com uma desigualdade, mas uma desigualdade positiva, né. Você perceber, olhar para uma ótima desigualdade positiva. Você tem um número de vagas reservados né, para pessoas que tiveram acesso à escola diferente duma pessoa [...] branca que teve um acesso aí, porque há negros em nossa sociedade com condições financeiras boas, estudaram em escolas boas, há [...], mas isso [...] as estatísticas comprovam que isso não é uma realidade né, da maioria, isso é uma realidade da minoria, o que inverte quando você olha a questão do branco (ENTREVISTA 4).

Eu acho que seria muito mais interessante investir na educação pública, [...] preparar mais os alunos independente da cor eles vão ter a mesma chance de entrar, não tem necessidade de cota. Eu acho que tem que investir na educação, numa educação que realmente de qualidade eu acho que isso refleti muito melhor lá no futuro do que uma cota. Até porque a cota reserva um percentual, quando você trabalha, nós vamos pensar assim se você investe, se o governo investisse na educação de qualidade, né, além de não ser necessário a cota, elevaria o nível muito mais, né [...] (ENTREVISTA 5).

A priori a ideia da cota era boa, mas no fundo existe esse preconceito, eu vou reservar uma vaguinha para você tá filha, que é negra que veio de ensino público que não tem [...] vamos dizer assim muita estrutura, né, educacional, então essa vaguinha vai para você. Beleza. Eu aceito achando, nossa [...] que bom, né, me deram um presente, não gente, não tem que ser assim, vamos investir lá trás, porque sabe o que eles estão fazendo hoje? Hoje eles estão remediando, evitar é melhor do que remediar. Para evitar [...] tem que investir lá atrás, investir nessas crianças que estão chegando na escola hoje, começando hoje lá no primário [...] porque quantas vezes o professor tem que voltar uma materiazinha para explicar aquele conceito de hoje, uma materiazinha lá do ensino fundamental, porque às vezes o aluno ele não lembra [...] porque realmente não houve investimento na educação de qualidade (ENTREVISTA 5).

Eu acho que é necessário, porque assim a gente ouviu muito que, ah! Que não tem que dar cota mas tem que dar uma mesma base de ensino, mas a gente tem que entender assim que a sociedade ela tem uma dívida histórica com os negros. E aí essa dívida ela não vai sanar tão cedo, porque a gente vê que os dias de hoje a gente vê o quanto que o racismo ele tá, [...] inserido nas relações, né. E ainda que a gente tenha avançado muito nas discussões tá muito longe da gente conseguir [...] poder falar que tem alguma igualdade, então assim, as bases educacionais elas não vão mudar agora, e a gente não pode simplesmente parar no tempo e esperar que elas mudem, a gente tem que começar aos poucos e a cota ela é uma oportunidade disso, porque eu vejo que se talvez não tivesse a cota talvez eu não estaria na universidade. Eu sou a primeira pessoa da minha família a entrar numa universidade, então assim, e ainda quando eu entrei eu ouvi muita coisa assim, ah! Como que você fez para entrar lá, como que você entrou lá assim, as pessoas só te veem, mas elas não veem a história que você tem por trás, o esforço que você faz, então eu acho que é muito necessário (ENTREVISTA 6).

Todavia, mesmo que o recorte racial outorgue aos não-brancos o estigma da inferioridade desses grupos (EUGENIO; ALGARRA, 2018; LEMOS, 2017; DANIEL, 2020; MARQUES; RIBEIRO, 2017; SOUZA, 2017; BORGES, 2018), torna-se necessário compreender que esse cenário é consequência de um fato histórico e que essa desigualdade do sistema de cotas visa reparar as injustiças sociais que os negros ainda estão submetidos como também se confirma nesses relatos. Nas entrevistas, percebe-se posicionamentos de que deve haver investimento na educação pública para que todos tenham a mesma base de conhecimento e não sistema de cotas para mascarar a enorme desigualdade que grande parte da população brasileira estão submetidos. Em contrapartida, há colocações opostas sob a percepção de que as disparidades entre negros e brancos não vão se desfazer rapidamente, dessa forma, o sistema de cotas com o recorte racial é necessário para proporcionar oportunidades à população negra.

4.3 Estigma de ser cotista e não-branco na universidade

Há o estigma de que todo aluno negro ou não-branco só consegue adentrar à universidade por intermédio do sistema de cotas (EUGENIO; ALGARRA, 2018; DANIEL, 2020). Deduzem que esses discentes são cotistas simplesmente pela cor da pele (LEMOS, 2017; MARQUES; RIBEIRO, 2017). Isso demonstra que o racismo tem como propósito inferiorizar os afrodescendentes mediante outras raças (MODESTO et al., 2017; BORGES, 2018; MOREIRA, 2017; CASTRO; FOSTER; CUSTÓDIO, 2017; SILVA, 2020) como se observa na exposição a seguir.

[...] inclusive falaram comigo assim, como é o processo de entrar por cota [...], assim parece que algumas pessoas elas é, é como se fosse muito comum em determinados locais né. Como a universidade ela traz pessoas de muitas regiões, de países diferentes, de estados diferentes, são culturas realmente muito diferentes. Então assim, de repente é muito comum em determinados locais né, onde o negro ele só consegue adentrar dentro de uma instituição de ensino se for por cotas, né. Então assim, não entrei por cotas, mas fui perguntada como que é o processo de entrar por cota? (ENTREVISTA 5).

Como se percebe, mesmo não adentrando à universidade pelo sistema de cotas, o discente negro(a) será sempre julgado ou estigmatizado como cotista por ser uma pessoa negra. Como aluna negra vivenciei igualmente esse cenário em que um aluno me questionou se era cotista, mesmo não adentrando à universidade pelo sistema de cotas fui perguntada. Dessa forma, percebe-se que o racismo perdura nas interações sociais e se apresenta de inúmeras formas, como visto, exterioriza-se em modo de expressão discriminatória que sempre tem como intuito inferiorizar o negro (LEMOS, 2017).

Os estigmas relacionados ao preconceito, ao racismo e à discriminação se manifestam com atos desprezíveis em razão da cor da pele, e igualmente pela condição social. (EUGÊNIO; ALGARRA, 2018; MARQUES; RIBEIRO, 2017; MARQUES; RIBEIRO, 2019; MODESTO et al., 2017; MOREIRA, 2017; SILVA, 2020). Essa exclusão ou espanto com os não-brancos relacionados aos atributos e estereótipos e da condição social no centro acadêmico ou mesmo na sociedade os estigmatizam e tenta excluí-los (CARVALHO, 2020; IENSUE, 2021; MONGIM; TRINDADE, 2018; SOARES; SILVA, 2021). À essa vista, reputar que todos possuem o mesmo tratamento na universidade e mesmo na sociedade seria de igual forma negar a existência do racismo e do preconceito enfrentado pelos não-brancos (CASTRO; FOSTER; CUSTÓDIO, 2017). Toda essa conjuntura pode ser presenciada nos colóquios logo após.

Eu pude perceber às vezes diferenças de comportamento em determinados grupos de alunos, sabe? Assim, talvez a maneira de expressão de olhar, talvez o modo de

tratamento, entendeu? Então assim, eu acho que essa questão de cor da pele e outras características também pessoais, assim está implícito nessas ações, sabe? há esse preconceito implícito, [...] de uma forma bem discreta (ENTREVISTA 1).

Eu acredito que há diferenças né de tratamento sim, tá, mas é aquela coisa velada, não é muito explícito né, eu acredito que há sim uma diferenciação de tratamento, não é tão discrepante, mas a gente que é mais um pouco observador, a gente consegue perceber um cuidado a mais né, uma atenção a mais a determinados biotipos de pessoas. Vem dos dois lados, mas dos professores eu já percebi já um tratamento diferenciado nesse aspecto, mas não que me discrimine, mas percebe-se um tratamento diferenciado (ENTREVISTA 4).

Eu acho assim que explícito, explícito não tinha, mas sempre assim era mais embutido mesmo, mais disfarçado, né. Nem sempre só pela parte dos professores, mas muita das vezes pela parte dos colegas também, né. Porque nem sempre eles entendiam a situação do outro. Então assim, eu sentia muita falta de representatividade na aula por exemplo, tinha, [...] na minha sala era poucas pessoas que eram por cotas e quase nenhuma pessoa eram negras, então assim eu sentia muita falta dessa representatividade mesmo na sala. [...] então assim eram sempre embutido mesmo, né (ENTREVISTA 6).

Quando eu tive que passar para a noite, quando eu entrei eu “tava” a tarde né. Só que eu tive que começar a trabalhar. Aí quando eu fui para a noite eu sentia que tinha uma diferenciação, o grupinho das pessoas que tinham mais condições financeiras, tinha essa separação (ENTREVISTA 6).

Sempre tem uma diferença. Tem alguns professores que dão preferência e a gente sente. A gente sente porque vê o tratamento é totalmente diferente, “Cê” vê algumas pessoas que tem os privilégios muito maiores. E ainda que assim, eles falam ah! Não, não tem diferença, tem sim. A gente sempre vê. [...] eles sempre falam, não a gente trata todo mundo igual, mas não trata. Quando “cê” vê assim que tem as preferências de quando pergunta na sala [...] a gente consegue pegar essas diferenças sim (ENTREVISTA 6).

Nota-se nas entrevistas que há o estigma da desigualdade, logo que, falta representatividade para os negros, o tratamento é desigual para brancos e não-brancos e a formação de grupos por afinidade ocorre de forma excludente. À vista disso, harmonia racial e social é o que não há na academia como mencionam Castro; Foster; Custódio (2017). Mesmo que o racismo e o preconceito que estigmatizam os discentes não-brancos e cotistas venham a ocorrer de forma implícita, velada, o que se percebe é que esses alunos estão sempre sendo inferiorizados, segregados, seja por grupos de alunos da elite ou mesmo por alguns professores que os ignoram e permanecem privilegiando a classe dominante, que é em sua maioria formada pelos brancos que possuem melhores condições aquisitivas.

Sob essas perspectivas, a vivência acadêmica para os não-brancos a partir do sistema de cotas produz experiências que nem sempre são positivas (CARVALHO, 2020; EUGENIO; ALGARRA, 2018). Ademais, precisam encarar o preconceito que é explicitado em comentários ou condutas, seja de seus pares ou de certos docentes que tem como propósito estigmatizar os não-brancos (OLIVEN; BELLO, 2017; EUGENIO; ALGARRA, 2018; MONGIM;

TRINDADE, 2018; SOUZA, 2017; THEODORO, 2020). Outrossim, o racismo igualmente está explícito quando esses alunos não veem referências em um ambiente que deveria demonstrar o multiculturalismo de todos e quaisquer grupos raciais e étnicos (SILVA, 2020), como se observa a seguir.

Eu tive uma experiência no início quando eu ingressei [...], na segunda semana uma certa aluna também da minha sala que querendo ou não ela veio com certo tipo de comentários para mim, que nós estávamos em um debate em sala de aula e querendo ou não, o professor chamou para que os alunos fizessem certos tipos de comentários, enfim. Houve outros comentários, eu também fiz um comentário, depois quando eu saí do ambiente acadêmico, essa aluna inclusive é da mesma cor, enfim. Não tinha diferença em relação a isso. Mas não sei se ela sentia incomodada porque ela vinha de uma instituição particular, e vem, querendo ou não, está implícito tudo isso que a gente está conversando sobre racismo, enfim. E aí ela fez certos tipos de comentários como se [...] usando a expressão que eu estava sendo soberbo, querendo mostrar que eu tinha mais conhecimento ou desqualificar os outros dentro da turma, e assim, eu fiquei um pouco incomodado, pude refletir qual era o motivo daquilo, é claro depois disso passou a situação, enfim. Mas eu pude refletir o porquê daquele comentário, o porquê daquela situação (ENTREVISTA 1).

É, eu acho que às vezes as pessoas se confundem um pouco essa questão da liberdade de expressão, porque acho que todos tem sim essa liberdade de expressão, a opinião sobre algum fato. Então, por exemplo, se eu falo a seguinte frase e um branco fala a seguinte frase também, num mesmo contexto, numa mesma situação e num mesmo local, o tratamento que é dado a mim é diferente, sabe? Então quando fala a questão do preconceito, de racismo tá implícito em relação do comportamento das pessoas, da reação das pessoas, quando você fala algo, porque eu como negro, pardo, enfim. Eu tenho voz de fala em relação a alguns temas sim, principalmente sobre isso sabe? Sobre racismo. E algumas pessoas às vezes acha que só porque tem acesso a um conhecimento melhor acham que têm mais direito de voz de fala do que gente que às vezes vivenciou uma experiência, sabe? Então eu percebo isso muito dentro do ambiente acadêmico (ENTREVISTA 1).

[...] e aí quando eu fui no primeiro período que tem aquela matéria [...] que eu apresentei um trabalho sobre mulher negra e o professor era negro, mas ele olhou para mim como assim se fosse uma coisa de outro mundo e foi o único tema que abordou sobre, e acho que aquilo ali foi o estopim para mim, que já falou que eu não ia ter essa representatividade, então se eu quisesse trazer isso para as aulas eu teria que entrar nesse foco e isso para mim foi muito importante (ENTREVISTA 6).

O estigma da comunicação pode ser detectado nas entrevistas desses discentes. Os não-brancos e cotistas estão sempre sendo estigmatizados como inferiores, ou seja, para certas pessoas esses alunos não devem ter direito de expressão porque à vista dos mesmos os tais pertencem a espaços subalternos e devem se silenciar e aceitar o que lhes é apresentado não expressando suas opiniões e visões dos fatos. Como aluna negra vivenciei um contexto semelhante, em que uma colega de grupo de estudos negra advinda de escola particular não aceitava minhas colocações nos trabalhos por deduzir que vinha de escola pública pela cor da pele. Ademais, o que se percebe nessas colocações e por experiências próprias é que nem

sempre o racismo é praticado apenas por pessoas brancas, não-brancos da mesma forma cometem atos racistas.

Além disso, lhes é outorgado o estigma social da pobreza, por esses alunos em sua maioria serem de famílias que possuem baixa renda, e então não conseguem arcar com as despesas necessárias para melhor desempenho do aluno como se percebe a seguir.

Porque no caso como cotista eu era de [...] aquela de um salário e meio, escola pública e de raça. Então assim, eu vinha com os três, com as três características. Então para mim isso era muito difícil, porque, por exemplo, quando [...] tinha apostila para comprar e às vezes eu não tinha a condição que as outras pessoas tinham. Então eu sentia que muitos professores não entendiam isso, então às vezes eles falavam ah! É que quando “cês” entram na universidade “cês” tem que ter a noção de que vai passar por isso, mas assim nem sei se os professores entendiam que não era uma questão de a gente entender ou não é, é a gente realmente ter a condição de comprar as apostilas, de frequentar as aulas, até porque também eu sou bolsista, então quando eu entrei [...] geralmente [...] quando você entra você tem sessenta dias para eles poderem aprovar sua bolsa [...], então nesses sessenta dias eu que tive que arcar com a passagem [...], então tinha dias que eu não conseguia ir nas aulas porque não tinha o dinheiro para pagar e nem sempre os professores entendiam isso, sabe? Falava que nem sempre “cês” tão preparados para vim para a universidade, “cês” tem que entender que é isso mesmo e “cês” têm que se virar praticamente isso. Então eu acho que isso era o que mais pegava (ENTREVISTA 6).

O estigma da intelectualidade também se apresenta contra os não-brancos quando são apontados como desprovidos de inteligência por serem oriundos de escola pública, e mesmo pela cor da pele, ao serem vistos como inferiores em QI como mencionado nos depoimentos e igualmente descrito por Souza (2017

Então, as pessoas às vezes, [...] que acontece, é [...] aquela questão mesmo né de fazer questão de determinar que um é negro, você é negro mesmo? Não? É tachado né, como se o conhecimento fosse de acordo com a cor da pele. Se o negro ou branco um tivesse uma diferença de conhecimento. Gente o conhecimento não tem cor [...] então assim, é [...], mas a gente também chegou ouvi, eu ouvi uma das pessoas falar assim, [...] aquela menina mais neguinha ali da sala ela é fera nisso. Então assim eu não presenciei, mas nas rodinhas a gente escuta uma coisinha ou outra e no fundo no fundo existe sim uma malícia, mas assim né, que é complicado né, porque eu acho muito doído ouvir, eu acho que seria muito complicado sentir isso aí na pele, alguém te determinar, ou determinar que você sabe mais ou sabe menos por causa da sua cor (ENTREVISTA 5).

[...] tem pessoas, vamos falar assim, brancas né, que se intitulam brancas né, e que falam que vão optar numa outra oportunidade de entrar numa universidade por cota, porque é só a pessoa alegar que se considera negra (ENTREVISTA 5).

Assim, na aula mesmo alguns professores né, alguns comentários. Alguns professores assim, já algumas vezes eles falarem quando a pessoa era cotista que ela não tinha tanta aquela base de conhecimento, sabe? [...] tinha muita essa diferenciação principalmente porque eu vim de uma escola pública, então eu não tinha essa base de ensino que muitas pessoas que vinha de escola particular tinha também. (ENTREVISTA 6).

Bom o que eu percebo um pouco é que alguns alunos são estereotipados com cursos [...] tipo se tem um aluno negro as pessoas já associam que ele faz algum outro curso como história, pedagogia, mas não associam que ele faça algum curso de Direito ou Medicina (ENTREVISTA 7).

Como pode-se verificar nos colóquios quando um negro(a) se destaca quanto ao conhecimento adquirido, é apontado como neguinha(o) inteligente, como se fosse espantoso uma pessoa negra ser destaque em sala de aula ou mesmo cursar uma graduação mais concorrida como Direito, Medicina como se vê na entrevista 7. Isso demonstra o descrédito tácito apontado por Carvalho (2018), ao associar a inteligência com uma pessoa negra.

Portanto, conclui-se que deve haver mais investimento na educação pública de nosso país. Mas, o sistema de cotas faz-se necessário, assim como o recorte racial, pois ainda que esses discentes sejam estigmatizados como inferiores ou incapazes por serem cotistas, essa implementação tem possibilitado o acesso desses grupos, que por um extenso período tiveram o acesso à educação negado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que, por vezes, indivíduos que se declaram pardos ou negros têm dificuldades de relatar sobre as próprias experiências como se observa a seguir.

Olha assim, [...], eu já vi alguns comentários não diretamente comigo e não na minha roda de amigos [...] (ENTREVISTA 2).

[...] então assim, é [...], mas a gente também chegou ouvi, eu ouvi uma das pessoas falar assim [...] (ENTREVISTA 5).

Destarte, o que se observou é que grande parte dos alunos negros(as) não concordaram em participar das entrevistas, e mesmo aqueles que se dispuseram a participar, vê-se certas resistências de alguns discentes ao falarem de si próprio, comentam às vezes que viram ou ouviram, mas percebe-se algumas dificuldades ao falar das próprias experiências no centro acadêmico.

Contudo, finaliza-se esse estudo reafirmando que todos esses estigmas apresentados foram vivenciados por esses alunos e ex-alunos nessa instituição e igualmente fora do contexto acadêmico, por serem não-brancos e cotistas. Não obstante, os resultados da presente pesquisa não podem ser generalizados, sendo necessários estudos futuros que podem obter resultados quantitativamente representativos.

O que se percebe é que, mesmo o discente não sendo cotista, pelo fato de ser não-branco já sofre estigmatização e, quando é não-branco e cotista, os estigmas se multiplicam. Esses estigmas causam impacto na vida desses alunos quando os mesmos se sentem inferiores, quando são repreendidos ou ignorados ao expressar suas opiniões e visões dos fatos, quando são incompreendidos por não terem condições financeiras para arcar com as apostilas como se percebe, quando recebem tratamentos diferentes por parte de certos professores e alunos, quando ouvem comentários na academia e mesmo na sociedade que tem como intenção excluir os negros ou não-brancos da educação superior, como se aquele ambiente não os pertencesse. Tudo isso pode contribuir para que esses cidadãos durante a trajetória acadêmica, e mesmo ao finalizar a graduação, continuem se sentindo inferiores, incapazes em um país onde o racismo é estrutural. Por outro lado, nessa instituição tem sido feito um trabalho excelente no combate ao racismo por parte de alguns professores, como se vê nesse depoimento a seguir.

eu acho que a gente já deu um passo importante, que as pessoas estão um pouco mais conscientes né, nessa questão [...], mas ainda existe né, a gente precisa evoluir nesse aspecto, mas hoje eu enxergo que dentro do Campus[...], do tempo que eu estive lá presencialmente, essas questões elas poderiam acontecer igual eu falei de uma forma mais velada e tal, mas hoje [...] isso já é tratado na nossa sociedade estudantil ali com um pouco de igualdade né. Há ainda discriminação, mas ela já tá um pouco mais [...] já não acontece com tanta frequência assim. Há um trabalho muito grande, acho que sério hoje para o combate né, para atuar no combate a isso e tal. (ENTREVISTA 4).

[...] eu acho que hoje já tá disseminado um pouco dessa questão de relação inter-racial né [...] a gente já conseguiu romper essa barreira (ENTREVISTA 5).

Todavia, o combate ao racismo deve ser efetivo, pois já se percebe um avanço, mas há um extenso percurso para percorrer ainda, para que possamos dizer um dia que existe harmonia racial e igualdade de oportunidade a todos.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, A. V. P.; SANTOS, C. de A.; NOGUEIRA, D. X. P. Política de cotas raciais na UnB: um estudo sobre o acesso de negros na universidade durante o período 2004 a 2012. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 18, n. 1, p. 212–233, 2018. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8645867>>. Acesso em: 22 set. 2021.

BADALOTTI, T. S.; TOASSI, R. F. C.; CELESTE, R. K. O enfrentamento ao fenômeno discriminatório em uma população de adultos. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 29(4), e290415, 2019. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/physis/a/dFgCdDyXzmbXjkzYhwSGhtv/?lang=pt>>. Acesso em: 08 set. 2021.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BORGES, N. S. **O negro na universidade: trajetórias e estratégias de permanência dos estudantes cotistas na Universidade Federal Fluminense**. 2018. 85 f. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, Rio de Janeiro, 2018.

CARVALHO RICARDO, H. de. **Influências do contexto universitário na construção de uma identidade negra positiva**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, 2020.

CARVALHO THAYNA, de A. **“É VOCÊ MESMO?”: Hostilidade, cordialidade e estigma racial em ambiente acadêmico**. 2018. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2018.

CASTRO, B. P. de.; FOSTER, E. da. L. S.; CUSTODIO, E. S. O negro na universidade: Percepções de estudantes sobre as relações inter-raciais na Universidade Federal do Amapá. **Revista Aleph**, n. 29, 2017. Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/39225/22662>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

CIPRIANO, J.D.S.; MACHADO, F. C. L.; MARANHÃO, R. Lei de cotas e gerenciamento da diversidade: Possibilidade para desbranquelização dos cargos de gestão? In: Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais. **Anais do IV CBEO**. Porto Alegre, RS, Brasil, 2016. Disponível em: <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/58>. Acesso em: 05 nov. 2021.

CORDEIRO, A. L. A. **Políticas de Ação Afirmativa: implicações na trajetória acadêmica e profissional de afro-brasileiros/as cotistas egressos/as da UEMS (2007 – 2014)**. 2017. 262f + anexos. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2017.

DANIEL, L. C. **Narrativas de estudantes negros e negras sobre o racismo no contexto da política de cotas em Jaraguá do Sul (SC)**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

DIAS, S. M. B. **Desafios para a permanência no ensino superior**: um estudo a partir da experiência da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

EUGENIO, B. G., ALGARRA, J. Estudantes cotistas negros e ações afirmativas no ensino superior. **Revista Exitus**, v. 8, n. 2, p. 59-84, 2018. Disponível em:< <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/529/340>>. Acesso em: 08 set. 2021.

FARIAS, S. R. de. As cotas raciais como política de ação afirmativa para a equidade de acesso ao ensino superior. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 8, n. 12, p. e388121762, 2019. Disponível em:<<https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1762/1372>>. Acesso em: 20 set. 2021.

FERREIRA, N. T. Ações afirmativas raciais e a atuação do jornal Folha de S. Paulo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 171, p. 110-128, jan./mar. 2019. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/cp/a/ryzVZWrMT9qFYpFTThN4VKBP/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

FERREIRA, N. T. Como o acesso à educação desmonta o mito da democracia racial*. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.27, n.104, p. 476-498, jul./set. 2019. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/LGb4NSSNf8HGhyps4yhnrDB/?lang=pt>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

FREITAS, S. T. F. de.; Oliveira, S. M. S. L. de.; Cruvinel, B.; Corrêa, O.; Neves, E. L. das. Cotas Étnico-Raciais como Política de Reparo. **Itinerarius Reflectionis**, v. 13, n. 1, 2017. Disponível em:< <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/45023>>. Acesso em: 22 set. 2021.

GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DA AÇÃO AFIRMATIVA, 2011. **O que são ações afirmativas?** Rio de Janeiro, RJ: GEMAA. Disponível em:< <https://gemaa.bemvindo.co/o-que-sao-aco-es-afirmativas/>>. Acesso em: 22 set. 2021.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Tradução: Mathias Lambert. Título original: Nothes on the Management of Spoiled Identity, 1963.

IBGE. **Cor ou Raça**. 2019. Disponível em: < <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>>. Acesso em: 04 jan. 2022.

IENSUE, G. Diversidade, equidade e ações afirmativas para os negros na educação superior brasileira. **Revista de Direito**, [S. l.], v. 13, n. 01, p. 01-31, 2021. Disponível em:< <https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/11175>>. Acesso em: 08 set. 2021.

IRIGARAY, H. A. R.; LANGERHORST, A. V.; ADORNO, D. Vida universitária nos cursos de Administração: Jogos vorazes ou os melhores anos de nossas vidas? **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 375-399, 2021. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/read/a/Pz8c4NdvxHBRfCGv4GTXzgm/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 03 jan. 2022.

JUNIOR, R. S. de. F. A cor presente: percepções sobre alunos cotistas negros. **Revista COCAR**, Belém, v.12, n.24, p. 316 a 342 – Jul./Dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/1935>>. Acesso em: 20 set. 2021.

LEI nº 12.711 DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 05 nov. 2021.

LEMOS, I. B. de. Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 71, p. 227161, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/TPWvbP54rbVxqnDs5WVvcgz/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

MACHADO, C. S.; MAGALDI, C. A. Sistema de cotas, trajetórias educacionais e assistência estudantil: por uma educação inclusiva. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 273-285, 2016. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1567/503>>. Acesso em: 23 set. 2021.

MARQUES, E. P. de. S.; RIBEIRO, M. A. P. dos. S. O Fortalecimento da identidade negra na Educação Superior: entre a negação e o reconhecimento. **Interfaces da Educ.**, Paranaíba, v.8, n.23, p.53-73, 2017. Disponível em: <<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/1993/1761>>. Acesso em: 08 set. 2021.

MARQUES, E. P. de. S.; RIBEIRO, M. A. P. dos. S. Quais as implicações para o fortalecimento da identidade negra no contexto da Educação Superior?. **Práxis Educacional**, [S. l.], v. 15, n. 32, p. 205-224, 2019. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5051>>. Acesso em: 18 set. 2021.

MATTAR, N. F. **Pesquisa de Marketing: Metodologia, planejamento, execução e análise**. 7º ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MELERO, C.; MARTINS, C. B.; ROSSI, E.; JUNKES, D. A LEI Nº 12.711, de 29 de agosto, como política pública que favorece a busca da igualdade material. **Revista de Ciências da Administração**, v. 20, Edição Especial, p. 130-142, Dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2018V20nespp130>>. Acesso em: 26 set. 2021.

MENDONÇA, E. da. S.; ARANHA, M. L. M. Política de cotas raciais: instrumento de promoção de equidade e justiça social. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 45, v. 18, p. 180 – 195, 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/47226/31987>>. Acesso em: 08 set. 2021.

MENEZES NETO, J. A. **Avaliação das políticas de inclusão na Universidade Federal do Ceará: Políticas de ingresso e permanência para estudantes “cotistas”**. 2020. 174f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Fortaleza, 2020.

MODESTO, J. G.; MINELLI, A. C.; FERNANDES, M. P.; RODRIGUES, M.; BUFOLO, R.; BITENCOURT, R.; PILATI, R. Racismo e Políticas Afirmativas: Evidências do Modelo da Discriminação Justificada. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 33, pp. 1-8, 2017. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ptp/a/sbhwZmDQdDHhBsWQsCvbJVL/?lang=pt>>. Acesso em: 08 set. 2021.

MONGIM, A. B.; TRINDADE, L.R. da. Estudantes universitários negros: diversidade e reconhecimento identitário. **Revista Do Arquivo Público Do Estado Do Espírito Santo**, v. 2, n. 3, p. 41-53, 2018. Disponível em: < <https://periodicos.ufes.br/revapees/article/view/32250/21393>>. Acesso em: 30 jun. 2021

MOREIRA, A. J. Cidadania Racial. **Quaestio Iuris**, vol. 10, n. 02, Rio de Janeiro, 2017. pp. 1052-1089. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/22833/20506>>. Acesso em: 08 set. 2021.

OLIVEN, A. C.; BELLO, L. Negros e indígenas ocupam o templo branco: Ações afirmativas na UFRGS. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 49, p. 339-374, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/yyZDqQmVcv4FdYKPMrdJQKM/?lang=pt>>. Acesso em: 08 set. 2021.

ROSA, M. V. de. F. P. do. C.; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismo para validação dos resultados**. 2. ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, A. P. dos. As cotas raciais no país do futebol, onde muitos pardos são “gatos”. **Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura**, PPGEduc UFRRJ, v. 5, n. 9, 2020. Disponível em: <<http://costalima.ufrj.br/index.php/REPECULT/article/view/711/956>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

SANTOS, E. F. dos.; SCOPINHO, R. A. Desigualdades Raciais, Mérito e Excelência Acadêmica: Representações Sociais em Disputa. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Abr/Jun. 2016 v. 36 n. 2, p. 267-279. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/7pgShFwD8dXHFxqHbsCQxfH/?lang=pt>>. Acesso em: 08 set. 2021.

SANTOS, W. O. dos. Identidades de cotistas negros egressos: Experiências das universidades do Centro- Oeste. **Revista Da Faculdade De Educação**, v. 34, n. 2, p. 221–242, 2020. Disponível em: < <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/5157>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

SEVERINO, A. J. Resenha da obra de Maurício SILVA, Política das diferenças no ensino superior: questões étnico-raciais na educação universitária brasileira. São Paulo: BT acadêmica, 2019. 128 páginas. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, n. 54, p. 1-4, e16589, jul./set. 2020. Disponível em: < <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/16589/8484>>. Acesso em: 26 set. 2021.

SILVA, J. A. C. da. **A trajetória de estudantes negros e negras ingressantes por cotas étnico-raciais dos cursos de graduação em educação física da UFPEL**. 2020. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) –Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

SOARES, M. R. P.; SILVA, R. R. da. Educação antirracista nas universidades públicas: novos sujeitos, velhas estruturas e demandas além das cotas. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 50, p. 179-200 2021, maio/ago. 2021. Disponível em:< <https://www.redalyc.org/journal/5522/552266675007/552266675007.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

SOUZA, M. de. F. e.; JUNIOR, F. V. de. S.; SILVA, A. P. dos. S.; ALENCAR, F. I. de. Política de cotas raciais no ensino superior: perspectivas e desafios. **Áskesis**, v.8, n.1, p. 56-67, jan./jun. 2019. Disponível em:< <https://revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/363>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

SOUZA, N. R. de. **Ações Afirmativas em Universidades Públicas Brasileiras: Uma análise sobre a implantação das cotas-raciais**. 2017. 245f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara- SP, 2017.

THEODORO, L. M. T. A reação racista das elites contra o sistema de cotas nas universidades. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. e59932372, 2020. Disponível em: <<https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2372>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

TRINDADE, J. da. S.; MILÉO, I. do. S.de. O. Cotas raciais para negros no Ensino Superior brasileiro: análise do processo de decisão. **Revista Cocar**, v.15, n.31, p.1-21, 2021. Disponível em:< <https://periodicos.uempa.br/index.php/cocar/article/view/3634>>. Acesso em: 07 nov. 2021.

VASCONCELOS, M. S.; GALHARDO, E. O programa de inclusão na UNESP: valores, contradições e ações afirmativas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 11, n. esp.1, p. 285–306, 2016. Disponível em: < <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8553>>. Acesso em: 08 set. 2021.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Para alunos cotistas

- 1- Em termos de cor, raça você se considera uma pessoa negra, parda, indígena ou outros?
- 2- Você adentrou à universidade pelo sistema de cotas raciais?
3. Você já sofreu algum estigma na universidade por ser um discente não-branco e cotista? Caso sim, como isso ocorreu?
4. Você já testemunhou comentários racistas no centro acadêmico que tem como intenção estigmatizar o aluno não-branco e cotista? Quais eram esses comentários?
5. Para você o sistema de cotas com o recorte racial é necessário ou seria mais uma forma de estigmatizar os não-brancos?
6. Você já se sentiu excluída (o) de algum grupo por ser cotista e não-branco? Caso sim, como isso ocorreu?
7. Na sua perspectiva alunos brancos e não-brancos são tratados da mesma forma no meio acadêmico?
8. Comente um pouco sobre suas experiências nessa instituição como aluno (a) não-branco e cotista. Se tem ocorrido de forma tranquila ou se você já sofreu algum constrangimento.

Para alunos não cotistas

- 1- Em termos de cor, raça você se considera uma pessoa negra, parda, indígena ou outros?
- 2- Você adentrou à universidade pelo sistema de cotas raciais?
3. Você já sofreu algum estigma na universidade por ser um discente não-branco? Caso sim, como isso ocorreu?
- 4- Já te questionaram se você era cotista simplesmente por ser um discente não-branco?
5. Você já testemunhou comentários racistas no centro acadêmico que tem como intenção estigmatizar o aluno não-branco e cotista? Quais eram esses comentários?
6. Para você o sistema de cotas com o recorte racial é necessário ou seria mais uma forma de estigmatizar os não-brancos?
7. Na sua perspectiva alunos brancos e não-brancos são tratados da mesma forma no meio acadêmico?
8. Comente um pouco sobre suas experiências nessa instituição como aluno (a) não-branco(a). Se tem ocorrido de forma tranquila ou se você já sofreu algum constrangimento.

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: “Os estigmas de ser cotista para alunos não-brancos do curso de Administração de uma Instituição Federal de Ensino Superior”

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa que tem como objetivo investigar e analisar os estigmas atribuídos aos discentes não-brancos e cotistas no contexto universitário. Quais são as percepções, sentimentos e atitudes vivenciadas nesse meio acadêmico onde os fatos acontecem. Veja abaixo informações sobre o projeto, a forma de sua participação e responsabilidades do pesquisador e sua equipe em relação a você. Após a leitura deste documento, você deve ter sido esclarecido sobre seus direitos. Caso aceite participar deste estudo, por favor, assine no campo indicado abaixo. Uma cópia deste termo será entregue a você.

O que é este projeto?

Esta pesquisa faz parte de um projeto de monografia e iniciação científica que busca entender como os estudantes universitários não-brancos e cotistas se sentem em estar em um ambiente que a princípio não foi instituído para atendê-los e quais são as experiências vivenciadas neste contexto. Dessa forma, buscamos cooperar com os escritos acerca dos estigmas nas universidades, bem como contribuir para que intervenções sejam executadas pela Instituição no combate ao racismo e discriminação e prevenção de problemas relacionados a estigmas atribuídos aos não-brancos que afetem a sua formação.

Como será sua participação?

A colaboração para o desenvolvimento dessa pesquisa é totalmente voluntária.

A sua participação consistirá em responder algumas perguntas à pesquisadora.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, que consiste em uma entrevista particular com a pesquisadora, visando compreender as percepções, sentimentos, atitudes e experiências vivenciadas pelos sujeitos participantes.

Quais os riscos e benefícios da sua participação neste projeto?

Quanto aos riscos para a sua participação neste projeto acreditamos que são mínimos, referindo-se ao principal a insegurança no decorrer da entrevista. Se você se sentir inseguro (a), por favor, fique à vontade para contactar a coordenadora da pesquisa.

As vantagens almejadas para os respondentes, além do ato de denúncia, são que ao final da pesquisa, os dados gerados podem contribuir para que intervenções sejam executadas pela instituição no combate ao racismo e discriminação e prevenção de problemas relacionados a estigmas atribuídos aos não-brancos e cotistas que afetem a sua formação.

Quais são seus direitos, caso participe deste projeto?

Você pode escolher não responder a qualquer uma ou todas as perguntas apresentadas no questionário. Você pode também, a qualquer momento, desistir de participar desse estudo ou retirar o seu consentimento. Para tal, comunique ao pesquisador sua decisão e seus dados serão anulados.

Você terá o seu anonimato garantido, uma vez que serão utilizados nomes fictícios criados pela pesquisadora. As informações tratadas não serão relacionadas ao nome verdadeiro dos participantes em nenhum documento, relatório e/ou artigo que seja resultante desta pesquisa. A participação nesta pesquisa não gerará nenhum custo financeiro para você e o coordenador se responsabiliza em arcar com os custos de indenização, caso eles ocorram, nos termos da legislação vigente.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE, APÓS ESCLARECIMENTO

Confirmando que li e/ou ouvi os esclarecimentos sobre a pesquisa e compreendi qual é a finalidade desse estudo e qual será a minha participação. A explicação que recebi esclareceu os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão e que isso não me afetará em nada. Sei que meu nome não será divulgado. Eu concordo em participar do estudo.

Mariana,/...../.....

Assinatura do voluntário